



ANEXO VIII - ESTRUTURA TARIFÁRIA

1. INTRODUÇÃO

Este ANEXO define as condições e normas que regerão a estrutura tarifária e o sistema de pedágio que a CONCESSIONÁRIA deverá implantar para exploração e operação da RODOVIA.

2. MODELO DE TARIFICAÇÃO E PEDAGIAMENTO

O sistema de pedágio será do tipo aberto, com praças de pedágio tipo “barreira”, na qual a cobrança será bidirecional, ou seja, os usuários pagarão nos dois sentidos.

As tarifas são definidas neste ANEXO, com diferenciação por categoria de veículo.

3. VALORES Da TARIFA Básica DE PEDÁGIO

O valor da TARIFA BÁSICA DE PEDÁGIO é de R\$ 3,00 (três reais), na data-base de dezembro de 2005. Esse valor será o mesmo para os 6 (seis) postos de cobrança de pedágio, cujas localizações previstas são descritas no quadro que se segue:

Posto de pedágio	Localização
1 Azurita	MG-050 – km 75,6
2 Córrego das Colheres	MG-050 – km 139,5
3 Formiga	MG-050 – km 210,0
4 Capitólio/ Furnas	MG-050 – km 274,7
5 Rio Conquista	MG-050 – km 335,5
6 São Sebastião do Paraíso	MG-050 – km 393,0



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES
E OBRAS PÚBLICAS



DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO
ESTADO DE MINAS GERAIS – DER/MG

O LICITANTE poderá propor o reposicionamento, em função de condições construtivas e/ou a escolha da melhor posição de cada praça de pedágio a uma distância não superior a 5 (cinco) quilômetros da localização descrita no quadro acima, e respeitando o limite de distância mínima de 50 (cinquenta) quilômetros entre duas praças de pedágio.

O início da cobrança de pedágio ocorrerá conforme descrito no PLANO FUNCIONAL DA RODOVIA.

4. CATEGORIAS DE VEÍCULOS

A TARIFA DE PEDÁGIO a ser efetivamente cobrada de cada usuário será o resultado do produto da TARIFA BÁSICA DE PEDÁGIO pelo fator multiplicador da tarifa correspondente a cada categoria de veículo, conforme estabelecido no quadro a seguir, que classifica os veículos pelo tipo, número de eixos e rodagem.

Classificação dos Veículos

Categoria	Tipo de Veículos	Nº de Eixos	Rodagem (1)	Multiplicador da Tarifa
1	automóvel, caminhoneta, furgão	2	simples	1,0
2	caminhão leve, ônibus, caminhão-trator e furgão	2	dupla	2,0
3	Automóvel com semi-reboque e caminhonete com semi-reboque	3	simples	1,5
4	caminhão, caminhão-trator, caminhão-trator com semi-reboque e ônibus	3	dupla	3
5	automóvel com reboque e caminhonete com reboque	4	simples	2
6	caminhão com reboque e caminhão-trator com semi-reboque	4	dupla	4
7	caminhão com reboque e caminhão-trator com semi-reboque	5	dupla	5



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES
E OBRAS PÚBLICAS



DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO
ESTADO DE MINAS GERAIS – DER/MG

8	caminhão com reboque e caminhão-trator com semi-reboque	6	dupla	6
9	motocicleta, motoneta e bicicleta a motor	2	simples	0,5
	Veículos especiais (2)	-	-	Nota (2)

Notas:

- ⁽¹⁾ A rodagem traseira de pneus do tipo “single” ou “supersingle” é equivalente à dupla, para efeito da estrutura tarifária aqui definida;
- ⁽²⁾ Para os veículos com mais de 6 (seis) eixos e os denominados “veículos especiais”, que transportam cargas superpesadas e indivisíveis, a CONCESSIONÁRIA cobrará TARIFA DE PEDÁGIO equivalente à categoria 8 (oito), acrescida do valor da tarifa dos veículos da categoria 1 (um), multiplicada pelo número de eixos que excederem a 6 (seis).

5. ISENÇÕES

Terão trânsito livre no sistema rodoviário e ficam, portanto, isentos do pagamento de pedágio, os seguintes veículos:

- de propriedade do DER e da Polícia Rodoviária;
- de propriedade das forças policiais, quando em serviço;
- de atendimento público de emergência, tais como do Corpo de Bombeiros e ambulâncias, quando em serviço;
- das forças militares, quando em instrução ou manobra;
- oficiais, desde que credenciados em conjunto, pelo DER e pela CONCESSIONÁRIA.

Será vedado ao DER estabelecer privilégios tarifários que beneficiem segmentos específicos de usuários, exceto se no cumprimento de lei que especifique as fontes de recursos para ressarcimento da CONCESSIONÁRIA.

A CONCESSIONÁRIA, a seu exclusivo critério e por sua conta e risco, poderá conceder isenções e descontos tarifários, bem como realizar promoções tarifárias de caráter sazonal, sem que isso, todavia, possa gerar qualquer direito à solicitação de compensação nos valores das tarifas.



6. VALIDADE E ATUALIZAÇÃO TARIFÁRIA

O valor da Tarifa Básica de Pedágio, será reajustado anualmente, sem prejuízo do disposto no caput e no § 5º do art. 28 e no § 1º do art. 70 da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1.995.

O primeiro reajuste contratual dar-se-á na data do início da cobrança do pedágio, desde que decorridos 12 (doze) meses contados de dezembro/2005 e os reajustes posteriores, a cada período de 12 (doze) meses, contado da data do início da cobrança do pedágio.

A tarifa básica inicial definida no item 3 deste ANEXO é válida a partir de outubro/2005, considerada a data-base inicial para efeito de reajuste.

As tarifas básicas serão reajustadas de acordo com a fórmula a seguir:

$$TB_R = TB \times \frac{(IPCA_i - IPCA_0)}{IPCA_0}$$

onde:

TB_R - é o valor da Tarifa Básica reajustada;

TB - é o valor da Tarifa Básica de Pedágio referente ao mês de dezembro de 2005;

$IPCA_0$ - é o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, relativo de dezembro de 2005, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE;

$IPCA_i$ - é o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, relativo ao segundo mês anterior ao da data de reajuste, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE;

Poderão ocorrer revisões extraordinárias, anuais ou a qualquer momento, por iniciativa do DER ou por solicitação da CONCESSIONÁRIA, com base em análise do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, de acordo com os procedimentos explicitados no EDITAL e seus anexos.



O cálculo do valor reajustado da tarifa básica será elaborado pela CONCESSIONÁRIA, em conformidade com a metodologia aqui especificada, e apresentado à FISCALIZAÇÃO DO DER, para verificação de consistência e posterior homologação.

7. ARREDONDAMENTOS PARA COBRANÇA

Para manter a adequada fluidez do trânsito e propiciar maior comodidade aos usuários, o valor da tarifa básica resultante do cálculo de reajuste e/ou revisão poderá ser arredondado, de acordo com critério a ser estabelecido de comum acordo entre o DER e a CONCESSIONÁRIA.

Para fins de aplicação de reajustamentos e revisões devem ser sempre considerados os valores iniciais, não arredondados; todavia, na hipótese do arredondamento, as diferenças poderão ser compensadas, pelos seguintes procedimentos:

a) compensação entre os valores das tarifas das diferentes categorias, objetivando sempre o arredondamento mais adequado (para mais ou para menos);

b) compensação entre os valores das tarifas entre as diferentes praças, quando aplicável; e,

c) quando da aplicação do próximo reajustamento ou revisão da TARIFA DE PEDÁGIO, o primeiro que ocorrer.